

**FOLHA DO SINDISSÉTIMA**
Jornal do Sindicato dos Servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho


Ano IX - Nº 66
Janeiro 2011

2011: ano traz grandes desafios e a união da categoria é fundamental



Em 2010, os servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho deram uma bonita demonstração de luta na defesa coletiva da categoria. Não defendemos apenas aumento de remuneração; defendemos, acima de tudo, o respeito e a valorização do trabalho qualificado em prol de toda a sociedade que se socorre no Judiciário. Combatemos o bom combate.

Os servidores mais novos, ainda em estágio probatório, não se intimidaram e estiveram firmes nas paralisações e ativos nas assembleias. Muitos de nossos colegas, dirigentes sindicais e apoiadores se pronunciaram, enriqueceram os debates e revelaram uma admirável capacidade de liderança, com equilíbrio, senso de responsabilidade e solidez de propósitos. Não estamos

sós; estamos juntos – esta é uma lição essencial. Tudo isso nos anima para o prosseguimento da luta.

Teremos ainda que palmilhar um longo caminho com grandes desafios até alcançarmos a plenitude de nossas metas. Conforta-nos perceber que o nosso Sindicato está cada vez mais fortalecido com o empenho, a maturidade política e a participação de cada um nesta boa e necessária luta.

2011 começa com a ressaca do desfecho frustrante do esforço pela aprovação do Plano de Carreira dos Servidores. Lições importantes foram aprendidas nesse processo e novas estratégias deverão de ser definidas e implementadas. O Poder Executivo está agora sob novo comando e uma nova legislação se inaugura.

Dos dirigentes do Judiciário esperamos coerência e atitude consistente na defesa dos mais casos interesses do Poder e dos legítimos direitos dos servidores, traduzida na justa e inadiável aprovação do PCS. É nessa perspectiva e nesse cenário de desafios que renovamos o nosso entusiasmo de ação.

Estamos todos conscientes de que o PL 6613/2009 não será aprovado sem com a coragem, a determinação e a audácia de cada um em preservar e ampliar as conquistas da categoria de servidores do Judiciário. A cúpula do Judiciário, capitaneada pelo Ministro Presidente do STF, tem atuado, até agora, com impressionante firmeza. Cabe a nós servidores, então, fazer a diferença. Vamos construir esta vitória.

Retomada das mobilizações é fundamental para garantir PCS

Em sua primeira reunião do ano, realizada no último dia 15, em Brasília, a Diretoria Executiva da Fenajufe discutiu como deve ser o atuação da categoria em 2011 para garantir a aprovação dos PLs 6613/09 e 6697/09 e também para batar o congelamento salarial dos servidores públicos durante dez anos, previsto no PLP 549/09. Os coordenadores aprovaram um calendário que inclui o Dia Nacional de Mobilização em 23 de março e o indicativo de reunião ampliada no dia 26 de março. Também foi agendada uma nova reunião da diretoria da Fenajufe para o dia 26 de fevereiro.

A reunião aprovou, ainda, elaborar uma nota política ressaltando a necessidade de todos os servidores pronunciarem uma campanha mais intensa em 2011 para garantir as conquistas das principais reivindicações da categoria. Confira abaixo o texto, assinado pela Diretoria Executiva da Fenajufe:

NOTA

Mais um ano se passou e não conseguimos a aprovação dos PCS do Judiciário e MPU. Não foi por falta de luta da categoria. Foi um ano de intensa mobilização com greves, atos, assembleias, caravanas de vários estados a Brasília, busca de negociação por parte da Fenajufe com o Congresso Nacional, com ministros de Estado, líderes partidários e do governo, membros do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores e do Procurador Geral da República.

Foram várias lutas que contribuíram para o não aprovação

dos projetos: criminalização da nossa greve, com decisões judiciais para tentar esazá-la e corte de ponto por parte de alguns tribunais; intervenção das entidades representativas de juizes e procuradores; falta de um real processo de negociação entre os tribunais e o governo; submissão ao Executivo e falta de empenho do presidente do STF e do Procurador Geral da República para garantir a implementação dos PCS's e posição contrária à aprovação dos projetos por parte do governo federal, apesar do dito acordo firmado entre Páez e Lula.

O ano de 2011 inicia-se e temos pela frente um quadro desfavorável. Apesar de termos conseguido uma vitória no final do ano com a aprovação de uma emenda no argumento de 2011 que contemplará uma possível aprovação dos PCS's, autossimulando a abertura pelo Executivo de um crédito suplementar para a implementação dos projetos, precisamos retomar o nosso processo de mobilização para que esta esperança se concretize.

O governo Dilma antes mesmo de assumir já afirmou na imprensa que não iria apoiar nenhum projeto de aumento para os servidores, em especial os PCS's do Judiciário e MPU e a PEC 300 dos policiais, apesar de ouvir para si o aumento em 133,96%, para o vice-presidente e ministros em 148,63% e para os parlamentares em 62%.

O PLP 549/09, que limita gastos com pessoal por dez anos, é uma das prioridades de seu início de mandato e mais uma batalha a ser enfrentada por todos os servidores públicos do país.

O projeto está na Comissão de Finanças e Tributação e não foi votado ano passado por uma maioria do próprio governo que temia sua rejeição, já que tinha o parecer contrário da relatora Luciana Genro (PSO/RS). Com ampla maioria no Congresso, o governo buscará aprová-lo ainda este ano e, caso isto aconteça antes da aprovação dos PCS's, inviabilizará a implementação dos planos.

A Fenajufe, a partir da análise deste quadro, definiu em sua reunião da diretoria no último dia 15 de janeiro manter a mobilização neste início do ano, a partir de uma comissão de diretores da federação, que buscará a interlocução com os tribunais superiores, PGR, Congresso e governo visando garantir a aprovação do crédito suplementar para este ano e a votação dos projetos no Congresso Nacional. Foi aprovado também um calendário de mobilização que indica o dia 23/03 como Dia Nacional de Mobilização e a realização no dia 26/03 de uma reunião ampliada para definir os rumos do movimento nacional.

Este momento é de unidade e de mobilização da categoria em todo país. Os estados devem realizar reuniões setoriais e assembleias para esclarecer a categoria sobre o real situação da nossa luta e que somente ela poderá garantir a nossa vitória. Somente uma forte mobilização será capaz de conquistar a aprovação dos PCS's e impedir o acúmulo de perdas salariais, o rebatimento do nosso poder aquisitivo e a perda de direitos.

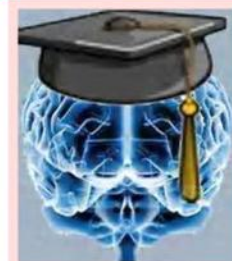
Diretoria Executiva da Fenajufe



TRIBUNAL LIVRE- Artigo discute a crise de representatividade do Congresso Nacional (p.02)



PROPOSTA DE EMENDA - PEC quer garantir voto dos servidores nas eleições dos tribunais (pag. 03)



FUGA DE CEREBROS- STF mostra preocupação com a migração de servidores (pág. 04)

Tribuna Livre: Crise de representatividade

Em fevereiro inicia-se uma nova legislatura. Este novo Congresso não será nem melhor nem pior, será o retrato da "democracia representativa" possível. Daí, torna-se fácil constatar que este modelo está em crise. Para os estudiosos da ciência política é revelador o fato de que a representatividade dos eleitos deixa muito a desejar, seja porque o voto não foi em razão de compromissos assumidos, seja porque os programas partidários são pouco difundidos, havendo mesmo a intenção de que seja letra morta, ou pior, da distância dos interesses da sociedade em relação a outros corporativos e privados que o parlamentar prefere representar.

Mensaleiros, sanguessugas, os da cuca, os das malas, toda esta escória foi reeleita, graças ao poder de manipulação, as emendas parlamentares dirigidas ao lazer, o uso abusivo do poder econômico (média de 12 milhões na eleição para deputado federal), etc. É, claro, ao Supremo Tribunal Federal que no Olimpo, não respeito a vontade da sociedade que queria evitar este cenário, através do voto limpo.

A propaganda veiculada na mídia pela justiça eleitoral, conchicando a população a participar das eleições, diz: "o seu voto irá mudar o seu destino". Ora, esta afirmação na melhor das hipóteses e, para quem tem o mínimo senso crítico, é absurdamente falaciosa. Uma nação organizada com base em valores éticos, com bons índices de desenvolvimento humano,



dando prioridade de fato a educação e a saúde do seu povo e utilizando os instrumentos da democracia direta — plebiscito e referendo — amplamente utilizados nas verdadeiras democracias e que efetivamente irão mudar os destinos do seu povo.

Mesmo reconhecendo avanços nos aspectos econômicos e social, para chegarmos a um nível de civilização de outros países, temos que avançar muito na cultura política.

Com Michel Tammer, José Sarney, Renan Calheiros, Fernando Collor, Romero Jucá, Jader Barbalho e tantos outros representantes da matriz política desta nação, este avança virá peça de ficção.

Quando jogamos no lixo os valores éticos, quando constatamos o aparelhamento do estado e não nos indignamos, quando não se faz investimento estratégico em educação, quando aceitamos como natural as barganhas e o loteamento dos principais cargos públicos, quando não podemos expressar a nossa revolta por mais uma tragédia anunciada em que centenas de pessoas são mortas por negligência do estado, quando colamos com o reajuste do salário mínimo de 6,7% e o dos dos parlamentares, legislando em causa própria se dá reajuste de 62%, só nos resta constatar que se vivemos numa democracia, infelizmente é democracia sem qualidade.

José Teixeira Neto, analista judiciário

Salário mínimo no Brasil é um dos piores do mundo

Apesar dos sucessivos aumentos acima da inflação até o ano passado, o poder de compra do salário mínimo no Brasil ainda é um dos piores da América Latina, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Os dados se referem a 2009 e consideram 24 países latino-americanos. Segundo a organização, o

mínimo no Brasil é o 16º na lista (com poder de compra equivalente a US\$ 286, o que corresponderia ontem a R\$ 483). O valor é inferior, por exemplo, ao dos mínimos de Honduras, Paraguai e El Salvador.

A Paridade do Poder de Compra (ou PPP) é um indicador do custo de vida de um país que busca relativizar as diferenças de ganhos.

Por exemplo, o salário mínimo no Brasil hoje é superior ao peruano (R\$ 360), mas, no país vizinho, os bens e serviços são geralmente mais baratos, o que torna o seu poder superior ao brasileiro (US\$ 334 a US\$ 286). No ranking anterior divulgado pela OIT, com números de 2007, o Brasil ocupava o 11º lugar entre 14 países latino-americanos.

EXPEDIENTE

Folha de Sindissetima -
Publicação mensal de
responsabilidade da Diretoria
Executiva do Sindicato dos
Servidores do Sétimo Região.

Diretoria Executiva: *Helôisa de*
Siqueira Felício (Presidente), José Teixeira Neto (Vice-
presidente), Ruanorges Feres Franklin de Lima (1º
Secretário), Francisco Nazareno Soares Filgueiras (2º
Secretário), Luiz Alcântara Rodrigues (Sec. Assuntos
Jurídicos), Renato Silveira Felix (Sec. Esporte e Promoção
Social), Ricardo Castro Figueiredo (Sec. Imprensa e
Cultura), Francisco Dantas de Lencar (Sec. Assuntos Extra-
Sede), José de Lima Ribeiro (1º Tesoureiro), José Flávio
da Rocha Mattos (2º Tesoureiro)

Salas de atendimento ao servidor. Sala no Fórum
Autran Nunes (Manhã): Av. Duque de Caxias, 1550 - 1ª
Andar - Centro - CEP: 60.035-111, Fortaleza-CE. Fone:
Fax: 3221.8219. Sala no TRT (Tarde): Av. Santos Dumont,
3384 - Sala de Convívio Aldeota. CEP: 60.150-162,
Fortaleza-CE. Fone: (85) 3261.8192. Fax: (85)
3224.6490. E-mail: sindissetima@yahoo.com.br
Jornalista responsável: Elton Viana (CE07281JP)

O reveillon de Fortaleza e mais uma polêmica

A prefeitura de Fortaleza desembolsou 715.000 reais para que Gostano Veloso embarcasse a entrada de 2011 na Praia de Iracema. A prefeita Luizianne Lins justificou o valor dizendo que ele serviria para cobrir, além do custo do cantor, as passagens, os diárias e o transporte de equipamentos da banda. A questão é que Gostano fez um show - solo, de banquinho e violão.

Em outubro, o baiano cobrou 115000 reais por uma apresentação ídemica na cidade paulista de Anápolis. Qual o razão de tamanho diferença de valores? Gostano diz que é Luizianne quem deve explicar e dá uma pista: "Há itens apontados no Diário Oficial de Fortaleza que não foram solicitados nem utilizados".

É a quarta vez que o reveillon de Luizianne terminou em uma ressaca de denúncias desse tipo. A edição de 2006 já rendeu condenações judiciais à prefeita. As de 2007 e de 2008 motivaram ações de improbidade. Ano novo, vida velha.

Fonte: Revista Veja

www.sindissetima.org.br



> Dicas para evitar o estresse

No trabalho, com os familiares, na escola, no relacionamento e em qualquer ambiente ou situação que nos coloque em contato com outras pessoas, estamos sujeitos ao surgimento de pressões psicológicas ou situações limitadas ocasionadas por influências externas. É importante a pessoa estar vigilante para perceber se além da pressão externa ela não está acumulando cobranças internas.

Existem pessoas detalhistas, perfeccionistas e que não lidam bem com erros, julgamentos e comentários alheios ou filhos que costumam viver em constante cobrança consigo mesma. Esse hábito resulta em mais cobrança e uma maior carga de estresse e cansaço na vida da pessoa.

A insegurança pode colaborar na piora da situação, pois leva o indivíduo a se esforçar constantemente em busca da satisfação do outro. Mas é preciso pensar e considerar qual é a importância da aprovação externa em sua vida, para que o desgaste seja diminuído.

Para evitar o estresse e o desgaste que podem surgir em decorrência do excesso de pressão e cobrança, preste atenção nas suas ações e procure incorporar novas atitudes.

Confira abaixo formas de lidar com as situações de pressão:

1- Cuidado com cobranças excessivas: Fique atento para não se cobrar excessivamente por algo que já está sendo cobrado por terceiros. Diante de muita cobrança, você poderá sentir desânimo, falta de força e de estímulo para cumprir o que foi delegado.

2- Este idealizar soluções: Diante de um problema ou um prazo a ser cumprido, analise de forma concreta e lógica a melhor forma de resolvê-lo e parta para a ação. Ao ficar idealizando soluções você pode "ficar preso" a cobranças e soluções irreais a respeito do que deve ser feito e não conseguir sair da ideia para partir para a ação.

3- Analise a importância do outro: Existem pessoas que sempre têm atitudes ou palavras que nos desanimam e irritam. Para lidar com elas, pense qual o tamanho da importância que essa pessoa tem na sua vida e se vale a pena gastar o seu tempo e se estressar com o que ela diz. Pense que naquele momento pode haver outras questões mais importantes para equacionar o cabeça do que um comentário maldoso.

4- Adquirir maior segurança: Pessoas inseguras sofrem muito quando pressionadas, pois se questionam o tempo todo se vão dar conta daquilo ou se tem condições de resolver o problema. Se você está em determinada função é porque tem capacidade para tal.

5- Analise a ansiedade e sua responsabilidade pelos atos: Diante de um conflito revelele os seus atitudes e tente perceber se não teve alguma atitude que o desencadeou. Ao perceber a situação converse com as pessoas envolvidas e peça desculpas.

6- Cuida da saúde: procure perceber se o seu corpo está mostrando sinais físicos de cansaço e cobrança, como dor de cabeça, insônia, dor de estômago, irritabilidade, ganho de peso, dificuldade de concentração e etc. Caso você não esteja se sentindo bem, procure primeiramente um médico e depois um psicólogo.

7- Tenha momentos de relaxamento e prazer: É importante ter momentos que nos proporcionam relaxar e "desligar" um pouco dos acontecimentos para relaxar a mente e o corpo. Outro ponto positivo é quando nos "afastamos" dos problemas, conseguimos vê-los por outra ótica e encontrar novas soluções.

8- Se respire: Todos nós temos limites. Ninguém é tão forte a ponto de aguentar tudo e nem tão fraco a ponto de não dar conta de nada. Portanto, se existirem situações que estão além do seu limite, reconheça e peça ajuda para as pessoas próximas.

PEC dá direito de voto a servidores em eleições nos tribunais

A Câmara analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 526/10, do deputado Vicentinho (PT-SP), que garante direito de voto a servidores efetivos e juizes de direito na escolha dos integrantes dos órgãos de direção dos tribunais de justiça.

Vicentinho argumenta que o objetivo da iniciativa é "democratizar as eleições dos integrantes da administração dos tribunais, uma vez que suas decisões afetam a vida de milhares de servidores". Ele acrescenta que a intenção não é retirar a prerrogativa do conjunto dos magistrados nos processos de escolha desses órgãos, mas incluir os servidores e juizes de direito que fazem parte dos seus quadros.

As regras para a participação dos servidores e juizes, de acordo com a proposta, será definida pelos regimentos internos dos tribunais.

Tramitação

A PEC será arquivada pela Mesa Diretora no dia 31 de janeiro, por causa do fim da legislatura. Entretanto, como o autor foi reeleito, poderá desarquivá-la. A PEC então terá sua admissibilidade, que é o exame preliminar feito pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre a constitucionalidade de uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

A CCJ examina se a proposta fez uma cláusula pétreia



da Constituição, se está redigida de acordo com a técnica correta e não fere princípios argumentários. Se for aprovada nessa fase, a proposta será encaminhada a uma comissão especial que será criada especificamente para analisá-la, antes da votação em dois turnos.

Se for considerada inconstitucional, a proposta será

arquivada. O Sindhissíma louva a iniciativa e apóia a PEC, por entender que a democracia direta (com o envolvimento de todos – servidores e juizes), só aprimora o processo de escolha dando maior legitimidade aos dirigentes dos Tribunais, aliás, como já ocorre nas universidades federais, eleições diretas, na escolha dos Reitores.

Por que minha Rua tem esse nome

Sugestões envie e-mail para sindsetimo@yahoo.com.br



COSTA BARROS - Natural de Aracati-Ce, o Tenente-Coronel Pedro José do Costa Barros foi o primeiro presidente da Província do Ceará, e o primeiro cearense presidente de província, Ministro e Senador. Militar de brilhante carreira, como político enfrentou sérias dificuldades, em consequência de sua fidelidade com o Imperador D. Pedro I. Foi deposto do Governo por Tristão Gonçalves, quando do movimento surgido em Pernambuco, que se aloustrou por todo o nordeste, chamada de Confederação da Equador. Costa Barros faleceu em 20 de outubro de 1839.

Por dentro da Funasa

O escândalo envolvendo desvio de meio bilhão da Funasa oferece a base para uma discussão essencial que o Brasil continua se recusando a colocar na pauta política. Por que o absurdo se deu na Funasa, instituição criada para "promover a inclusão social por meio de ações de saneamento" e também "responsável pela promoção e proteção à saúde dos povos indígenas"? Atenção que é da saúde pública a montanha de dinheiro sob suspeita de ter sido desviado. Mas, por que a Funasa? Certamente, a corrupção que perdura por lá tem forte relação com a forma como são preenchidos os cargos de comando da instituição. A Funasa, órgão que por suas características deveria ter condução técnica, é exposto em praça pública para matar a fome dos predadores da política. Mas, sempre foi assim? Não, não foi. Foi a gestão de Luis Inácio Lula da Silva que deixou essa herança maldita para o País. Veja a explicação a seguir.

BASTA UMA PALAVRA

Nesse ponto, Lula desgraçou uma boa herança deixada por Fernando Henrique Cardoso. Antes era assim: o comando nacional da Funasa e todos os seus coordenadores regionais tinham de ser obrigatoriamente funcionários de carreira. Ou seja, servidor concursado. Além disso, o indicado precisava ter em seu currículo pelo menos cinco anos de experiência em cargos de direção. E o que fez o Governo Lula? Simples: providenciou-se uma pequena mudança na regra. Em vez de obrigatoriamente servidor de carreira um novo decreto estabeleceu que o indicado para ocupar o comando seria "preferencialmente" um



servidor de carreira. Pronto. Tudo resolvido. Como a política é a arte de ocupar os espaços todos os espaços foram ocupados por políticos. O mérito que se lixe. Assim, a Funasa passou a ser dirigida por interesses políticos. Daí chega-se facilmente ao meio bilhão de reais desviados dos mais pobres.

UMA CANETADA RESOLVE

Quando ministro-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff proferiu a seguinte frase: "A grande questão no Brasil é instituir o meritocracia no Estado, o profissionalismo". Aplausos. Isso foi em 2009. A ministra virou presidente da República. Está com os

talheres e com o prato em sua frente. Pode, com um simples decreto, desfazer a desgraça que seu antecessor fez na Funasa e em outros órgãos federais. Dilema o furo? A tarefa é difícil. É preciso coragem e, principalmente, força política para romper com o status. Nesse caso, atrevo apodinhado pelo próprio partido da presidente e pelo maior sigla que lhe fornece apoio no Congresso Nacional, o sogaz PMDB, que virou donatário da capitania Funasa.

Texto publicado na coluna Política, do Jornal O Povo, assinada pela jornalista Fátima Campos, publicada no dia 20 de janeiro de 2011

> Imposto de Renda: luta pela correção da tabela

Os representantes das centrais sindicais reagiram à declaração do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que descartou qualquer tipo de estudo para corrigir a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. Na última dia 26 de janeiro, na primeira reunião entre o governo e os dirigentes sindicais para negociar o reajuste do salário mínimo e uma correção na tabela do Imposto de Renda não houve acordo e uma nova reunião foi marcada para a fevereiro.

Segundo informações publicadas na Agência Brasil, a proposta apresentada pelo secretário-geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, foi de R\$ 545 para o mínimo e mais 80% do índice de reajuste do mínimo para o aumento dos aposentados. As centrais reivindicam um salário mínimo de R\$ 580, além dos 10% de reajuste para os aposentados e mais a correção da inflação na tabela do Imposto de Renda.

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, disse, em nota, que a não correção da tabela do Imposto de Renda seria crime de apropriação indébita dos recursos dos trabalhadores (apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção). "Alguém que insuficiente para corrigir a imensa injustiça da estrutura tributária brasileira, pela qual quem ganha menos paga mais, a correção da tabela do imposto de renda é absolutamente indispensável", diz a nota.

A declaração que será enviada este ano será a última com os benefícios fiscais da correção da tabela progressiva mensal estabelecida pela Medida Provisória (MP) 340. Editada em 2006, a MP corrigiu parte das perdas de renda dos trabalhadores com a inflação.

De 2008 (ano-calendário 2007) até agora, a tabela vinha sendo corrigida em 4,5%. Mas, para 2012 (ano-calendário 2011), não há previsão de mudanças, porque a Lei 11.945 estabeleceu a última tabela a ser usada nas declarações seguintes. Uma nova mudança a partir de agora, com novas correções, dependerá de nova lei.

Fonte: Agência Brasil

Migração de servidores do Judiciário para outros poderes preocupa STF

A demora na aprovação do reajuste para servidores do Judiciário Federal está preocupando gestores do Supremo Tribunal Federal (STF) devido à constante evasão de funcionários. Segundo levantamento feito pelo STF, entre as 186 vagas que surgiram de maio de 2008 a dezembro de 2010 no tribunal devido à rotatividade, 139 foram motivadas pela preferência do servidor por tomar posse em outro cargo público.

De acordo com matéria da Agência Brasil, um dos principais argumentos dos gestores do Judiciário para explicar a evasão é a diferença entre os salários iniciais nos carreiros dos Três Poderes. Levantamento do STF aponta que o salário inicial em carreiros do Executivo pode chegar a R\$ 14,9 mil; na Legislativa, a R\$ 26 mil; enquanto no Judiciário, o inicial máximo é de R\$ 10,2 mil. "As pessoas saem porque passam em outro concurso público e não veem a motivação para continuar no Judiciário", afirma o diretor-geral do STF, Alcides Diniz. As principais baixas medidas no levantamento do



STF estão na área de informática. Nas áreas de sistemas de informação e tecnologia da informação, a preferência por outro cargo público motivou 100% das vacâncias por rotatividade, resultando na baixa de 37 servidores. As baixas acontecem no momento em que o STF investe

forte na implantação do sistema de digitalização de processos e integração entre sistemas de tribunais: somente neste ano, R\$ 10,8 milhões do orçamento proposto pelo Tribunal são para este fim.

O levantamento ainda aponta que no cargo de analista judiciário, da área administrativa, das 10 vagas que surgiram no STF no período, sete foram motivadas pela saída de servidores para ocupar o mesmo nível em outros Poderes: um dos servidores foi para o Ministério do Planejamento, um para o Tribunal de Contas da União, dois para o Senado Federal, um para agência reguladora, um para a Câmara dos Deputados e um para a Secretaria do Tesouro Nacional.

"A presidente Dilma tem se mostrado uma boa gestora, e, com certeza, levará em consideração esta evasão de servidores que está acontecendo no Judiciário ao retomarmos as negociações sobre o reajuste", avalia Diniz, em matéria publicada pela Agência Brasil. Fonte: Agência Brasil

GIRO PELO BRASIL



> PERGUNTA

Pergunta de um estudante que o ministro da Educação não soube responder: por que o seu ministério insiste em contratar gráfica privada para confeccionar os custos milionários os provas dos exames do Enem se o governo dispõe em Brasília de duas das mais bem equipadas indústrias gráficas do País, a da Universidade de Brasília e a da Imprensa Nacional?

> AUTORIDADES

Luis Cláudio e Marcos Cláudio, filhos de Lula, receberam passaportes diplomáticos, pedidos por Lula pouco antes do fim do seu mandato. O benefício é concedido a presidentes, vices, ministros de Estado e de Tribunais Superiores, parlamentares, chefes de missões diplomáticas, ex-presidentes e governadores. A validade é de quatro anos. Assim, durante todo o governo de Dilma Rousseff, os filhos de Lula terão acesso à fila de entrada separada e com tratamento menos rígido nos países com os quais o Brasil tem relação diplomática. Em alguns países que exigem visto, o documento o torna dispensável e é tirado sem nenhum custo para a "autoridade". Um passaporte normal custa R\$ 190 para ser emitido. Nenhum dos filhos de Lula, ao que se sabe, prestou ou presta relevantes serviços à Nação para ter direito a esse documento. É Brasil!

> META CUMPRIDA

O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará - 7ª Região unificou e implantou as rotinas padronizadas referentes à fase de conhecimento do processo trabalhista em 100% das unidades judiciárias de primeiro grau. Deste modo, o TRT/CE superou o disposto pelo CNI - Conselho Nacional de Justiça para cumprimento da Meta Prioritária N° 5 de 2010, que orientava os tribunais a implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de primeiro grau. O presidente do TRT, desembargador Cláudio Soares Pires, ressaltou o "caráter pioneiro" da ação que permitiu a padronização de fluxos de trabalho voltados para o processo trabalhista em sua fase de conhecimento no primeiro grau de jurisdição. A metodologia utilizada foi a indicada pelo Conselho Nacional de Justiça, sendo implementada por um grupo de trabalho liderado pelo juiz Francisco Antônio da Silva Fortuna e por servidores da Secretaria de Gestão Estratégica. O processo de elaboração do fluxo e do manual supracitados se deu com a participação dos diretores de Secretaria e servidores das 26 Varas do Trabalho do Ceará, dos diretores da Assessoria de Distribuição dos Feitos e da Divisão de Distribuição e Cumprimento de Mandados que estiveram reunidos por três dias em oficina de trabalho. Posteriormente, cinco membros da oficina, juntamente com a equipe que deu início aos trabalhos de cumprimento da meta, viabilizaram a produção do manual para o fluxograma. Na última fase do processo, fluxo e manual foram validados pelos juizes titulares e substitutos da primeira instância.

Definida a pauta unificada dos servidores federais

Dirigentes de várias entidades nacionais dos servidores públicos federais se reuniram no dia 26 e janeiro, na sede da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Cotabaf), em Brasília, para definir eixos e ações da campanha salarial unificada de 2011.

A Fraquija também participou da reunião. Os dirigentes sindicais discutiram os eixos da campanha salarial dos SPFs de 2011 e definiram um calendário nacional de mobilização unificada, para reunir as várias categorias do funcionalismo público federal.

Para definir os eixos da campanha unificada os representantes dos sindicatos discutiram o cenário político com a posse da nova presidente Dilma Rousseff, que, em várias declarações, tem

afirmado que pretende cortar investimentos no serviço público e congelar o salário dos servidores. Uma das maiores preocupações dos dirigentes sindicais é o PIP 549/09, que limita gastos com o serviço público nos próximos dez anos, em tramitação no Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Também foi discutida a necessidade de combater a tentativa de regulamentação, por meio do PL 248, da demissão de servidores por insuficiência de desempenho, as ameaças ao direito de greve, possíveis ataques à legislação trabalhista e à aposentadoria e a MP 520, editada no último dia do mandato do presidente Lula, abrimo brecha para privatizar serviços de área de saúde.

Após um amplo debate, os representantes das entidades sindicais

definiram os seguintes eixos para a campanha salarial de 2011.

- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Regulamentação/institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve inextinguível;
- Retirado dos PL's, MP's e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PIP 549/09, PL 248/98, PL 92/07, MP 520/10 e demais proposições);
- Cumprimento, por parte do governo, dos acordos firmados e não cumpridos;
- Fésidade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Definição de data-base em 1º de maio;
- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.

CAIU NA REDE

Neste mês, a Folha do Sindissetima inaugura mais uma coluna. A "Caiu na Rede" reproduzirá informações importantes que circulam pela internet - a nossa rede mundial de computadores - e que nos levam a reflexão. Se você já recebeu alguma dessas informações e quiser compartilhar conosco, basta enviar um e-mail para fohadosindissetima@gmail.com.

> O 13º Salário NUNCA Existe?

Os Ingleses recebem os ordenados semanalmente! Mas... há sempre uma razão para os coisas - e os ingleses NÃO FAZEM NADA POR ACASO!!!!

Ora bem, há está um exemplo aritmético simples que não exige altos conhecimentos de Matemática, mas talvez necessite do conhecimentos básicos de desmontagem de retórica enganosa.

Uma forma de desmascarar os brilhantes neo-liberais e os seus técnicos (latinos) que recebem pensões de ouro para nos enganarem com as suas brilhantes teorias...

Fala-se que o governo pode vir a não pagar aos funcionários públicos o 13º salário. Se o fizessem, é uma roubalheira sobre outra roubalheira.

Perguntário pouco.

Resposta: Porque o 13º salário não existe.

O 13º salário é uma das mais escandalosas de todas as mentiras do sistema capitalista, é justamente aquela que os trabalhadores mais acreditam.

Eis aqui uma modesta demonstração aritmética de como foi fácil enganar os trabalhadores.

Suponhamos que você ganha R\$ 700,00 por mês.

Multiplicando-se esse salário por 12 meses, você recebe um total de R\$ 8.400,00 por um ano de doze meses.

$RS\ 700 \times 12 = RS\ 8.400,00$

Em Dezembro, o generoso patrão cristão manda então pagar-lhe o conhecido 13º salário.

$RS\ 8.400,00 + 13^\circ\ salário = RS\ 9.100,00$

$RS\ 8.400,00$ (Salário anual) + $RS\ 700,00$ (13º salário) = $RS\ 9.100$ (Salário anual mais o 13º salário)

O trabalhador vai para casa todo feliz com o patrão.

Agora veja bem o que acontece quando o trabalhador se propõe a fazer uma simple contas que aprendeu no Ensino Fundamental.

Se o trabalhador recebe R\$ 700,00 mês e o mês tem quatro semanas, significa que ganha por semana R\$ 175,00.

$RS\ 700,00$ (Salário mensal) / 4 (semanas do mês) = $RS\ 175,00$ (Salário semanal)

O ano tem 52 semanas. Se multiplicarmos R\$ 175,00 (Salário semanal) por 52 (número de semanas anuais) o resultado será R\$ 9.100,00.

$RS\ 175,00$ (Salário semanal) X 52 (número de semanas anuais) = $RS\ 9.100,00$

O resultado acima é o mesmo valor do Salário anual mais o 13º salário

Surpresa, surpresa? Onde está portanto o 13º Salário?

A explicação é simples, embora as nossas conhecidas líderes nunca se tenham dado conta desse fato simples.

A resposta é que o patrão lhe rouba uma parte do salário durante todo o ano, pela simples razão de que há meses com 30 dias, outros com 31 e também meses com quatro ou cinco semanas (ainda assim, apesar de cinco semanas o patrão só paga quatro semanas) o salário é o mesmo tenha o mês 30 ou 31 dias, quatro ou cinco semanas.

Na final do ano o generoso patrão apresenta o trabalhador com um 13º salário, cujo dinheiro saía do próprio bolso do trabalhador.

Se o governo retirar o 13º salário dos trabalhadores da função pública, o roubo é duplo.

Dai que, como palavra final para os trabalhadores inteligentes. Não existe nenhum 13º salário. O patrão apenas devolve o que secretamente lhe subtraiu do salário anual.

Conclusão: Os Trabalhadores recebem o que já trabalharam e não um adicional.